**ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) DIRETOR (A) PRESIDENTE DA COMPANHIA DE SANEAMENTO MUNICIPAL – CESAMA DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA/MG**

**ASSUNTO:** Contrarrazões Recursais

**REFERÊNCIA**: Pregão Eletrônico nº 030/2024

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para implantação de sistema integrado de segurança patrimonial com locação de equipamentos em diversas unidades da Companhia Municipal de Juiz de Fora – CESAMA, de acordo com o descrito no Termo de Referência (TR) e seus anexos.

**VENCER COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.343.725/0001-57, sediada na Rua Paraíba, 1317, sala 308, bairro Savassi, Belo Horizonte/MG, CEP nº 30.130-919, neste ato representada por seu sócio administrador **LEONARDO CÉSAR PASSARINI DE RESENDE**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o nº 039.126.496-69, residente e domiciliado na Rua Professor Otto Cirne, nº 81, Torre I, apartamento 303, Vila Paris, Belo Horizonte/MG, CEP 30.380-610, vem, respeitosamente à presença de V. Sa., apresentar:

**CONTRARRAZÕES RECURSAIS**

Ao Recurso Administrativo interposto pela empresa **NEW LINE SISTEMA DE SEGURANÇAS LTDA**, diante da decisão do (a) pregoeiro (a) que a desclassificou do certame diante de sua proposta apresentada.

**I – DA SINTESE FÁTICA E DA MATÉRIA DE DIREITO**

Assim como já outrora apresentado pela empresa Vencer, de forma tempestiva, a empresa New Line, apresentou razões recursais ao referido certame, pela justificativa técnica de que fora desclassificada do certame mediante análise de sua proposta.

Inicialmente, é devido asseverar que a proposta da empresa New Line deve realmente ser desclassificada do certame, haja vista que não apresenta os requisitos técnicos devidos para a sua classificação.

É de conhecimento jurídico e técnico que a Administração Pública quando da realização de um certame público, deve buscar a contratação de proposta que lhe seja mais vantajosa tanto do ponto visto econômico quanto do ponto de vista técnico, ou seja, deve objetivar a contratação de proposta mais barata e melhor tecnicamente.

Referida disposição encontra guarida na determinação legal e Constituição dos princípios administrativos da Legalidade e da Eficiência.

Referidos princípios encontram-se na Constituição Federal, estando encampado como princípios Constitucionais da Administração Pública, ao qual, deve observar a obediência deste princípio na realização de suas ações.

A Administração Pública pauta-se pelos Princípios Constitucionais norteadores da atividade pública, dispostos no art. 37 da Constituição Federal, quais sejam: os princípios de *legalidade,* *impessoalidade,* *moralidade,* *publicidade* *e* *eficiência1.*

Nesse ínterim, devido é compreender que o regime jurídico-administrativo se pauta ainda nos princípios basilares da prevalência do interesse público diante do interesse privado e o princípio da indisponibilidade do interesse público, norteando demais outros, acessórios e ligados aos Princípios Constitucionais da Administração Pública, principalmente ao da Legalidade.

O desempenho da atividade pública que se intitula pela obrigatoriedade da prevalência da indisponibilidade do interesse público encontra respaldo nos princípios administrativos constitucionais basilares da Administração Pública.

Neste diapasão, a obrigatoriedade de licitar decorre da Constituição Federal, a qual é estampado no art. 37, XXI, aplicável, ressalvados casos específicos, a todo ente da administração pública direta ou indireta.

Destacamos, pois, o normativo constitucional, vejamos:

*Art.* *37.* *A* *administração* *pública* *direta* *e* *indireta* *de* *qualquer* *dos* *Poderes* *da* *União,* *dos* *Estados,* *do* *Distrito* *Federal* *e* *dos* *Municípios* *obedecerá* *aos* *princípios* *de* *legalidade,* *impessoalidade,* *moralidade,* *publicidade* *e* *eficiência* *e,* *também,* *ao* *seguinte:*

*[...]*

*XXI* *-* *ressalvados* *os* *casos* *especificados* *na* *legislação,* *as* *obras,* *serviços,* *compras* *e* *alienações* *serão* *contratados* *mediante* *processo* *de* *licitação* *pública* *que* *assegure* *igualdade* *de* *condições* *a* *todos* *os* *concorrentes,* *com* *cláusulas* *que* *estabeleçam* *obrigações* *de* *pagamento,* *mantidas* *as* *condições* *efetivas* *da* *proposta,* *nos* *termos* *da* *lei,* *o* *qual* *somente* *permitirá* *as* *exigências* *de* *qualificação* *técnica* *e* *econômica* *indispensáveis* *à* *garantia* *do* *cumprimento* *das* *obrigações.*

Importante destacar que conforme devidamente exposto na Lei Federal nº 14.133/2021, a publicidade é um dos princípios norteadores do Procedimento Licitatório, princípio este ao qual denota os demais princípios e objetivos de uma licitação, estando exposto no art. 5º do diploma legal. Destaca-se:

*Art.* *5º* *Na* *aplicação* *desta* *Lei,* *serão* *observados* *os* *princípios* *da* *legalidade,* *da* *impessoalidade,* *da* *moralidade,* *da* *publicidade,* *da* *eficiência,* *do* *interesse* *público,* *da* *probidade* *administrativa,* *da* *igualdade,* *do* *planejamento,* *da* *transparência,* *da* *eficácia,* *da* *segregação* *de* *funções,* *da* *motivação,* *da* *vinculação* *ao* *edital,* *do* *julgamento* *objetivo,* *da* *segurança* *jurídica,* *da* *razoabilidade,* *da* *competitividade,* *da* *proporcionalidade,* *da* *celeridade,* *da* *economicidade* *e* *do* *desenvolvimento* *nacional* *sustentável,* *assim* *como* *as* *disposições* *do* *Decreto-Lei* *nº* *4.657,* *de* *4* *de* *setembro* *de* *1942* *(Lei* *de* *Introdução* *às* *Normas* *do* *Direito* *Brasileiro).*

1Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. (grifo nosso)

Sendo assim, destaca-se que a proposta apresentada pela empresa mencionada não dispõe dos requisitos técnicos mínimos necessários para sua compreensão que a leve a ser considerada como classificada e adequada ao certame.

**Acertada é a decisão da pregoeira que em sua atuação buscou a desclassificação da proposta da empresa, uma vez que indispõe dos requisitos técnicos mínimos devidos para a contratação.**

**Efetivamente, é que as justificativas quanto a declassificação da empresa encontra justo e motivado fundamento que leve a sua não aceitação**.

**ENTRETANTO, REFERIDA DISPOSIÇÃO NÃO SE PODE DIZER ACERCA DA PROPOSTA DA EMPRESA VENCER, QUE CUMPRIU TODOS OS REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS PELO CERTAME, OU SEJA, APRESENTOU AINDA, REQUISITOS TÉCNICOS ALÉM EXIGIDOS, O QUE TORNA A SUA PROPOSTA MAIS ADEQUADA TECNICAMENTE.**

Verifica-se, pela proposta apresentada, que os produtos ofertados pela recorrente são os adequados para suprir as necessidades pretendidas pelo edital do certame, uma vez, que ofertam qualidade superior aos mínimos requisitados do processo licitatório.

Conforme amplamente demonstrado pela empresa Vencer, diante de suas razões recursais, as justificativas de sua desclassificação se mostram inadequadas jurídica e tecnicamente.

Convém aqui revisá-las:

1. – Desclassificação do item M09 (Computador Tipo 01) – Descabida a desclassificação nesse item, pois esse equipamento não consta em nenhum local do projeto. Para a devida constatação, basta verificar o Resumo da Relação de Materiais, página 83 do Anexo III. Dessa forma é como se “matar o morto”. A recorrente está sendo punida, por algo que, nem sequer, será utilizado durante o projeto.

De qualquer forma, no Resumo da Relação de Materiais, página 83 do Anexo III, entendemos que sobra um HD M15 (18TB), que possivelmente seria utilizado para essa máquina.

1. – Desclassificação do item M10 (Computador Tipo 02): A desclassificação foi equivocada, visto que os HDs que serão utilizados foram especificados no item M15 (18TB), conforme Resumo da Relação de Materiais, página 83 do Anexo III.

Esses servidores, conforme Diagrama – CAS, constante na página 08 do mesmo anexo III, são para o sistema e gravação de imagens. Dessa forma os HD’s utilizados são ESPECIAIS DE SEGURANÇA e foram especificados separadamente, por esse motivo não foi incluído no prospecto do computador apresentado, pois entendemos que a equipe técnica estava ciente da utilização desses HD’s.

Esses HD’s, por serem ESPECIAIS DE SEGURANÇA, entendemos que foram separados na especificação, pois não são itens de produção na maioria dos fabricantes de computadores.

Ainda acordo com o item 3.1, “i”, do Anexo I - CONCEITOS DE SEGURANÇA DO PROJETO, a capacidade de armazenagem das imagens geradas serão de, no mínimo, 30 (trinta) dias ininterruptos de gravação, com utilização de CODEC H265+, resolução máxima (1920x1080 pixels) e taxa de 6FPS (frames por segundo).

Dessa forma, o projeto poderá, inclusive, sofrer alteração para mais capacidade de HD, caso seja necessário, visto que o prestador do serviço deverá atender a esse requisito mínimo, não ficando preso apenas às especificações de HD, mas deverá obedecer ao tempo e requisitos mínimos de qualidade de gravação das imagens.

Portanto, diante dos fatos, não compreendemos como a área técnica que desenvolveu todo o projeto de forma independente, tanto do ponto de vista de garantia, quanto de fornecimento, não levou em consideração que estes HD’s por mais que estivessem presentes na especificação do computador, foram tratados durante todo o projeto como itens especiais à parte.

1. – Desclassificação dos itens M21, M22, M23, M24 (nobreaks Tipo 2, Tipo 3, Tipo 4 e Tipo 5), pelo motivo que a garantia do fabricante é de apenas 01 (um) ano, conforme prospecto.

Ocorre que, nesses casos, a garantia ofertada pelo fabricante do equipamento é de 01 (um) ano e a empresa recorrente dará a garantia solicitada em edital, visto que concordamos com todos os termos do mesmo.

Cabe ressaltar que o Nobreak é um equipamento de suma importância para o funcionamento do sistema e caso apresente qualquer problema a qualquer tempo, o recorrente deverá substituir por um equipamento novo.

Não cabe desclassificação do item apenas pela questão da garantia, visto que os equipamentos são locados e cabe a empresa prestadora dos serviços as manutenções preventivas / corretivas, a substituição de componentes e o SLA, conforme previsto no item 02 do anexo I – CONCEITOS DE SEGURANÇA DO PROJETO, dessa forma, podemos dizer que a garantia de todos os equipamentos locados para o CESAMA serão permanentes e respaldados sob pena de multa pelo não cumprimento do contrato.

**Depreende-se, portanto, que a proposta apresentada pela empresa Vencer, oferta produtos de qualidade superior aos requisitados no Processo Licitatório, uma vez que isso significa características técnicas de qualidade acima das disposições mínimas pretendidas.**

A proposta apresentada pela empresa Vencer significa efetiva vantajosidade ao CESAMA, uma vez que as demais propostas não obedeceram aos requisitos mínimos de qualidade ao certame, diferentemente da proposta da Vencer, que apresenta requisitos ainda superiores, e garantia efetiva de seus produtos.

**CITADA SITUAÇÃO NÃO SE PODE CONCLUIR ACERCA DA PROPOSTA DA EMPRESA NEW LINE, O QUE DIANTE DE TODO O ARCABOUÇO TÉCNICO QUE OS MESMOS APRESENTARAM, COMPROVA SUA SITUAÇÃO DE PROPOSTA INADEQUADA ÀS NCESSIDADES E AO INTERESSE PÚBLICO DO CERTAME.**

É nesse sentido que a Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça discorre acerca da matéria, vejamos:

*Recurso* *ordinário* *não-provido.”* *(STJ* *RMS* *15817/RS,* *Segunda* *Turma,* *Rel.* *Ministro.* *JOÃO* *OTÁVIO* *DE* *NORONHA,* *DJ* *de* *03.10.2005,* *p.* *156)*

*ADMINISTRATIVO.* *AGRAVO* *EM* *MANDADO* *DE* *SEGURANÇA.* *LICITAÇÃO.* *PRINCÍPIO* *DA* *VINCULAÇÃO* *AO* *EDITAL.* *PRODUTO* *COM* *QUALIDADE* *SUPERIOR* *À* *MÍNIMA* *EXIGIDA.* *MANTIDO* *O* *GÊNERO* *DO* *BEM* *LICITADO.* *ATENDIDO* *O* *REQUISITO* *DE* *MENOR* *PREÇO.* *NÃO* *CONFIGURADA* *A* *VIOLAÇÃO* *AOS* *TERMOS* *DA* *LEGISLAÇÃO,* *DOS* *PRINCÍPIOS* *E* *DO* *EDITAL* *DE* *REGÊNCIA* *DO* *CERTAME* *PÚBLICO.* *PROPOSTA* *MAIS* *VANTAJOSA* *À* *ADMINISTRAÇÃO.* *DESCLASSIFICAÇÃO.* *PRINCÍPIO* *DA* *RAZOABILIDADE.* *VIOLAÇÃO.* *AGRAVO* *DE* *INSTRUMENTO* *PROVIDO.* *1.* *A*

*jurisprudência* *do* *STJ* *entende* *que* *é* *perfeitamente* *possível* *a* *oferta* *de* *produto* *que* *possua* *qualidade* *superior* *à* *mínima* *exigida* *em* *edital* *de* *certame* *licitatório,* *desde* *que* *o* *gênero* *do* *bem* *licitado* *permaneça* *inalterado* *e* *seja* *atendido* *o* *requisito* *do* *menor* *preço,* *sem* *que* *isso* *configure* *violação* *aos* *princípios* *da* *isonomia* *e* *da* *vinculação* *ao* *edital.* ***2.*** ***A*** ***desclassificação*** ***de*** ***licitante*** ***que*** ***pode*** ***apresentar*** ***proposta*** ***mais*** ***vantajosa*** ***à*** ***Administração,*** ***quando*** ***amparada*** ***em*** ***mero*** ***formalismo,*** ***viola*** ***o*** ***princípio*** ***da*** ***razoabilidade,*** ***como*** ***na*** ***hipótese*** ***em*** ***que*** ***o*** ***objeto*** ***proposto,*** ***mesmo*** ***não*** ***apresentando*** ***as*** ***especificações*** ***técnicas*** ***idênticas*** ***às*** ***do*** ***edital*** ***regulador*** ***do*** ***certame,*** ***atende*** ***perfeitamente*** ***a*** ***necessidade*** ***do*** ***órgão*** ***público,*** ***devendo*** ***prevalecer,*** ***na*** ***espécie,*** ***a*** ***proposta*** ***mais*** ***vantajosa*** ***para*** ***a*** ***Administração*** ***Pública,*** ***malgrado*** ***a*** ***vinculação*** ***da*** ***Administração*** ***Pública*** ***e*** ***dos*** ***administrados*** ***aos*** ***termos*** ***da*** ***legislação,*** ***dos*** ***princípios*** ***e*** ***do*** ***edital*** ***de*** ***regência*** ***do*** ***certame*** ***público.***

O Tribunal de Contas da União - TCU, no Acórdão n° 394/13, também caminha no mesmo

sentido:

*“Sob* *tais* *circunstâncias,* *não* *vejo* *afronta* *ao* *interesse* *público* *nem* *aos* *princípios* *licitatórios* *a* *oferta* *de* *produto* *de* *qualidade* *superior* *ao* *desejado* *pela* *administração* *contratante,* *desde* *que* *seu* *preço* *seja* *o* *mais* *vantajoso* *entre* *as* *propostas* *válidas.* *”*

Sendo assim, é razoável que a Autoridade Administrativa reveja os atos praticados pelo (a) pregoeiro (a) e de sua equipe de apoio, para assim, **classificar a proposta da empresa Vencer** e determinar sua habilitação diante do referido certame, uma vez que sua proposta é a mais vantajosa aos requisitos técnicos pretendidos no certame.

Quanto ao recurso apresentado pela empresa New Line, nada se mostra a reparar a decisão administrativa, uma vez que efetivamente, sua proposta é inadequada ao certame.

**II - DOS REQUERIMENTOS**

Ante o exposto, diante de toda a demonstração técnica e condizente aos requisitos mínimos presentes em edital, requer a Vossa Excelência que o presente Recurso Administrativo apresentado pela empresa New Line deve ser **JULGADO IMPROCEDENTE**, de modo que deve determinar a revisão dos atos do (a) pregoeiro (a) e assim **classificar a proposta da empresa VENCER COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, dando, posteriormente, continuidade do presente processo para adjudicar os itens nos termos de sua proposta.

Nestes Termos, Pede Deferimento.

Belo Horizonte/MG, 16 de setembro de 2024.



**VENCER COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA CNPJ n° 09.343.725/0001-57**

**Leonardo César Passarini de Resende**